



## AS PESSOAS SURDAS E O MERCADO DE TRABALHO

**Marília Ignatius Nogueira Carneiro**  
**Beatriz Ignatius Nogueira Soares**

*Educação é aquilo que fica depois que  
você esquece o que a escola ensinou.*  
ALBERT EINSTEIN

### RESUMO

Este artigo destaca as dificuldades com o trabalho enfrentadas pelas pessoas com surdez na sociedade capitalista. Pessoas que mesmo com uma deficiência continuam sendo profissionais capazes e não incapacitados como é comum serem denominadas por médicos, empresários e até mesmo educadores. Todos nós temos incapacidades, ou seja, todos nós temos alguma deficiência, ninguém é perfeito em todos os segmentos profissionais. Mas, o principal objetivo é destacar como as pessoas com surdez estão vivendo no século XXI, em uma economia capitalista, abordando a dificuldade de arranjar emprego, também carreira adequada às suas possibilidades e, a oferta de vagas quase que exclusivamente em linhas de produção manufaturadas para pessoas com surdez ou outras deficiências. Por exemplo, quase nenhuma pessoa surda assumem cargos importantes como gerente de fábrica, ou chefias administrativa. O fio condutor desse artigo é a luta das pessoas surdas porque somos surdas, temos experiência de vida com esses momentos árduos.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Economia. Sociedade. Mercado de Trabalho. Surdez.



## INTRODUÇÃO

Este artigo, produzido no contexto da disciplina Trabalho, Educação e Práticas Pedagógicas, destaca o problema entre a sociedade e a educação, no que se refere à preparação para o trabalho, mas também, como a economia capitalista reforça a diferença entre as classes alta, média e baixa, o preconceito em relação às etnias, gênero e, principalmente, em relação às deficiências.

Iniciamos com uma fundamentação teórica, trazendo o pensamento de filósofos e pensadores que ressaltavam e criticavam a manufatura, a desigualdade e o preconceito. Comparando as pessoas com deficiências, com pessoas com baixa renda, discutimos o mercado de trabalho para os surdos e intérprete de Libras, sustentados em estudos teóricos da área dos Estudos Surdos<sup>3</sup>, mas, principalmente em nossas experiências pessoais como pessoa surdas. O que relatamos aqui não são hipóteses, são histórias reais que ocorreram, e continuam ocorrendo, muitas concorrências e discussões por causa das vagas de professor de Libras – Língua Brasileira de Sinais, disputadas por ouvintes e surdos, no mercado de Ensino de Libras e, também, de Tradutor e Intérprete de Libras - TIL em atuação diversas, como escolas, universidades, associações, igrejas e, também, em empresas.

Skilar (1998), um dos principais representantes dos Estudos Surdos no Brasil, destaca que há um forte preconceito em relação aos surdos sinalizadores pelos ouvintes, pois entendem que se os surdos não falam, todas as imagens negativas em relação a um sujeito ficam também “grudadas” no surdo, inclusive a de que é impossível de desenvolver a sua profissão:



Ser falante é também ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc. Ser surdo, portanto significa não falar, não ser profissional, não ser letrado ser surdo-mudo e não ser humano (Skliar, 1998, p.21).

Por outro lado, a educação atual, a legislação e mesmo a Constituição de nosso país, se fundamentam no princípio de igualdade entre todos os homens, igualdade esta, ainda distante de ser alcançada pelos surdos, no que se refere à educação, igualdade de oportunidades de trabalho e, principalmente de confiança em suas possibilidades frente a essas áreas de atuação.

Esses aspectos que pretendemos discutir neste artigo, iniciando pela contextualização do capitalismo, passando pela questão da concepção atual da surdez e problematizando com o embate real entre ouvintes e surdos pelo mercado de trabalho recém-aberto de professor de Libras.

---

<sup>3</sup> Os Estudos Surdos constituem um campo investigativo que têm suas raízes nos Estudos Culturais, pois enfatizam as questões das culturas, das políticas, das identidades, dos processos de formação dos povos surdos, das práticas pedagógicas, das diferenças e das relações de poderes e saberes surdos.



## **Algumas ideias sobre o capitalismo**

De maneira geral podemos resumir a economia de sobrevivência assim: trocamos nosso trabalho pelas coisas que precisamos diariamente para viver. Isto é feito pelo salário que recebemos pelo nosso trabalho na produção de algum bem para a vida social, seja este bem o produto final de uma fábrica, um atendimento médico, uma atuação como jogador profissional, ou aulas.

Na economia capitalista, a mercadoria, os bens, aquilo que a gente “troca” é o ponto principal e as condições de produção da mercadoria se transformaram ao longo da história, conforme exemplifica Marx (1998):

Decompondo o ofício manual, especializando as ferramentas, formando os trabalhadores parciais, grupando-os e combinando-os num mecanismo único, a divisão manufatureira do trabalho cria a subdivisão qualitativa e a proporcionalidade quantitativa dos processos sociais e, com isso, desenvolve ao mesmo tempo nova força produtiva social do trabalho. A divisão manufatureira do trabalho, nas bases históricas dadas, só poderia surgir sob forma especificamente capitalista. Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais valia relativa ou de expandir o valor do capital, o que se chama de riqueza social (Marx, 1998, p.417).

Com o aperfeiçoamento das condições de produção, do estabelecimento do comércio entre países, com a descoberta de novos produtos para serem produzidos, criando novas necessidades aos consumidores, começou-se a se pensar em reduzir custos, aumentar os lucros, para que a sociedade capitalista ficasse cada vez mais forte. Isto foi conseguido com ajuda da tecnologia e ficou bem claro com a Revolução Industrial.



A ciência e a tecnologia colocada a serviço da economia desde a Revolução Industrial fortaleceu a sociedade capitalista, não apenas no que se refere às formas de produção, mas também, na vida social, contribuindo para o estabelecimento de classes entre os cidadãos: Classe Alta, Classe Média e Classe Baixa e, também, entre os países, em subdesenvolvido e desenvolvido, ou países do Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo. Isto porque, agora, não basta querer trabalhar, é preciso também, estar preparado para este trabalho, estar “instrumentalizado”, ou seja, a divisão já se estabelece antes mesmo de se iniciar o trabalho, mas na oferta de vagas. Segundo Marx (1998),

Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho (Marx, 1998, p.424).

Trazendo esta discussão para as pessoas surdas, por ainda não termos uma educação que prepare essas pessoas para atuação em diferentes profissões e, mesmo quando o surdo, por mérito próprio, depois de muito esforço, e com grande apoio de sua família consegue se formar como engenheiro, dentistas, psicólogos, por causa do preconceito existente na sociedade eles não conseguem trabalho. Assim, durante muito tempo, os surdos só conseguiam - e ainda hoje isto continuam, trabalhar em “linhas de produção”, em trabalhos repetitivos e mecânicos. Só atualmente, surgiu a possibilidade de instrumentalizar o surdo para uma profissão mais bem remunerada em uma sociedade capitalista, a de professor de Libras. Entretanto, mesmo com o amparo legal para que esta função seja destinada preferencialmente aos surdos, os ouvintes disputam essas vagas e, novamente, em função do preconceito, acabam ganhando, pois se entende que um professor ouvinte pode desempenhar melhor suas funções.



## **Contextualizando a surdez**

Compreender como uma criança adquire a linguagem e qual a sua importância para o desenvolvimento cognitivo do ser humano tem despertado o interesse de muitos estudiosos. Até meados do século passado se acreditava que a linguagem oral era a única responsável pelo funcionamento cognitivo humano e, assim, a dificuldade encontrada pelos surdos para falar foi considerada como quase impeditiva do desenvolvimento de seus pensamentos.

Porém, outros estudos sobre cognição e linguagem como os efetivados dentro de teorias de aprendizagem mais conhecidas, como o behaviorismo, que tem em Frederic Skinner um de seus mais importantes representantes; o construtivismo genético de Jean Piaget e o sócio interacionismo, representado por Lev Vygotsky, entre outras, além da neurociência, e de teorias marcadamente linguísticas como a abordagem gerativista, que tem em Noam Chomsky seu principal representante, mostraram que o que é importante para o desenvolvimento do pensamento é a comunicação e não a língua que se usa. Na década de 1980, as discussões sobre qual seria a melhor abordagem para a educação de surdos percorria todo o Brasil, evidenciando que, além das questões didático-pedagógicas, o grande embate estava nas concepções acerca da surdez. Para os defensores do Oralismo, a surdez era vista como uma deficiência, quase que uma patologia que necessitava ser “normalizada”.

A concepção de surdez, subjacente à Comunicação Total, era de uma marca, como significações sociais. Para o Bilinguismo, a surdez é muito mais uma diferença do que deficiência. É, no entender de Skliar (1998), uma “experiência



visual”. Proliferavam, nesta época, eventos acadêmicos, trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações e teses apresentavam propostas e experiências.

Também somente a partir da década de 1980 é que foi entendida a necessidade de reconhecer o verdadeiro valor da cultura e da linguagem surda para o desenvolvimento cognitivo e da identidade dos surdos, isto porque, foi nesta década que foram iniciadas as discussões sobre bilinguismo no Brasil, o que foi caracterizado por Sá (1998), como uma “Virada linguística”. Foram os linguistas, professores e estudantes de Letras (graduandos e pós-graduandos), isto é, os membros da academia, que introduziram novos paradigmas para a Educação de Surdos, através da realização de eventos com apresentação de pesquisas de acadêmicos, monografias, dissertações e teses contendo propostas e relatando experiências.

Os surdos, que tanto padeceram no oralismo, seja por identidade, luta, rebeldia, redenção ou libertação, rapidamente levantaram a bandeira pela Educação Bilíngue, proposta pela academia, tornando-se seus defensores, exigindo mudanças educacionais e a oficialização da sua língua, o que aconteceu em 2002.

Atualmente, a surdez não é mais entendida como uma doença ou como uma deficiência que torna o surdo alguém inferior ao ouvinte. Hoje, o surdo é entendido como diferente do ouvinte, porque todos os seus mecanismos de processamento da informação e todas as formas de compreender o mundo se constroem como experiência visual. Isso tem como consequência uma maneira especial de processamento cognitivo (como os surdos pensam, aprendem,



etc). Os surdos se orientam a partir da visão, mesmo quando possuem restos auditivos ou usam aparelhos.

Assim, a definição mais atual para a surdez é a de “experiência visual”, isto é, as experiências vivenciadas pelos surdos são muito mais experiências de visão do que de não-audição. O surdo é então a pessoa que compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais manifestando sua cultura pelo uso da língua de sinais. Como as representações simbólicas do mundo dependem dos canais sensoriais, a experiência visual está presente em todos os tipos de representações e produções dos surdos.

O bilinguismo entende a surdez como diferença linguística, e não como uma deficiência a ser normalizada através da reabilitação como o oralismo. E assim, os surdos constituiriam uma comunidade particular, com cultura e língua próprias, como veremos no próximo texto.

Para os bilinguistas a “problemática global do surdo” é “intimamente dependente de seu desenvolvimento linguístico” e “só mesmo o respeito à língua de sinais conduzirá a um maior sucesso educacional e social do surdo” (FERREIRA-BRITO, 1995, p.16)

A educação dos surdos no Brasil mudou muito depois da adoção do bilinguismo como abordagem educacional, mas, principalmente porque mudou a concepção das pessoas sobre a surdez. As mudanças ficam claras tanto na Lei 10 436, de 2002, conhecida como a Lei da Libras, porque reconhece esta língua como língua oficial do Brasil e estabelece as condições para uma escola ser bilíngue (garantindo o TIL em sala de aula e, conseqüentemente, abrindo



mercado para ouvintes fluentes em Libras) e no Decreto 5626 de 2005 que, entre outras coisas, diz que o estudo da Língua Brasileira de Sinais - Libras é obrigatório para os cursos de pedagogia, fonoaudiologia e todas as licenciaturas. Com esta obrigatoriedade, é aberto um novo mercado de trabalho: o de professor de Libras, que no Decreto consta como sendo de atuação preferencial para surdos.

Art. 7o Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pósgraduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis: I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação; II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação; III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação. § 1o Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras (BRASIL, 2005, p.1).

Este cargo, porém, passou a ser alvo de disputa entre ouvintes e surdos.

### **Professor de Libras: reserva de mercado para surdos?**

Nossa intenção com esta discussão não é estabelecer uma “guerra” com os ouvintes. Ao contrário, pretendemos dialogar em busca de uma solução que atenda aos dois lados e fortaleça, cada vez mais, a educação bilíngüe para surdos, além de favorecer a difusão da Libras entre os ouvintes.



Entretanto, para que esta discussão seja contextualizada é necessário resgatar alguns pontos da história dos surdos, como o famoso Congresso de Milão, em 1880. Desde o início da educação de surdos, que pode ser marcado no final do século XV, a principal questão sempre foi, se esta discussão deveria ser feita buscando a oralização ou se considerando o gestualismo.

No século XVIII, a educação dos surdos avança bastante, principalmente com os trabalhos do Abade Charles Michel De L'Épée, na França, que pode ser considerado o primeiro sistematizador da língua de sinais e de Samuel Heinicke, na Alemanha, o criador do oralismo. Diferente de Heinecke, que escondia seu método, De L'Épée divulgava seus trabalhos em reuniões periódicas e propunha-se a discutir seus resultados. Em 1776, publicou um livro no qual divulgava suas técnicas. Seus alunos usavam bem a escrita, e muitos deles ocuparam mais tarde o lugar de professores de outros surdos. Nesse período, alguns surdos se destacaram e ocuparam posições importantes na sociedade de seu tempo. Alguns deles, como por exemplo, Ferdinand Berthier, escreveram vários livros falando de suas dificuldades de comunicação e dos problemas causados pela surdez.

A partir do século XVIII, dois grupos foram criados na educação de surdos: um grupo que defendia o oralismo puro, não permitindo o recurso gestual e outro que buscava a aquisição da língua oral, tendo como suporte a linguagem gestual (metodologia combinada). As duas abordagens metodológicas avançaram surgindo, então, encontros mundiais de educadores de surdos, para divulgação das práticas pedagógicas. O primeiro desses encontros foi o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos realizado em 1878, em



Paris. Nesse congresso, apesar de todos os participantes entenderem que era melhor usar sinais, vários grupos defendiam que o oralismo era muito importante para a criança poder se comunicar com os ouvintes. É somente a partir deste congresso em Paris que os surdos adquiriram o direito de assinar documentos. Os debates sobre qual metodologia era mais adequada para a educação dos surdos continuaram e em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que provocou uma reviravolta nas práticas pedagógicas para o ensino dos surdos. Organizado praticamente apenas por oralistas, o objetivo velado do Congresso de Milão era tornar o oralismo obrigatório na educação de surdos. Nesse Congresso, o inventor do telefone Graham Bell exerceu enorme influência a favor do oralismo.

Para conseguirem seus objetivos, os oralistas apresentaram diversos surdos que falavam bem e, na assembleia de encerramento, realizada no dia 11 de setembro de 1880, com exceção dos cinco membros americanos e de um professor britânico, todos os participantes, em sua maioria europeus e ouvintes, votaram por aclamação a aprovação do uso exclusivo e absoluto da metodologia oralista, proibindo, a partir de então, a utilização das Línguas de Sinais na educação de surdos. Com isso, os surdos que haviam alcançado grandes conquistas sociais com a sua educação apoiada nas Línguas de Sinais, perdem seus empregos de professores e retornam aos subempregos e mesmo à mendicância.

Com o predomínio do oralismo, até meados do século XX, as possibilidades profissionais dos surdos acompanhavam o sucesso de sua escolarização, ou seja, situação de grande fracasso. Com a adoção do bilinguismo, em que se reconhecem as Línguas de Sinais como primeira língua do surdo e a língua dos



seus países, preferencialmente na modalidade escrita como segunda língua, a Libras (Língua Brasileira de Sinais) começa a ser ensinada no Brasil.

Em 2001, com o Programa Nacional de Apoio a Educação dos Surdos, o Ministério da Educação – MEC formou instrutores e professores de Libras, surdos, com a intenção de difundir a Libras em todo território nacional e formar professores ouvintes, fluentes em Libras, não para se tornarem professores de Libras, mas para lecionarem suas disciplinas para estudantes surdos, ou seja, desde o início da adoção do bilinguismo como abordagem educacional para surdos, a intenção dos órgãos governamentais era de que o ensino de Libras fosse efetivado por professores e instrutores surdos.

Com o Decreto 5626 de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002, a Lei da Libras, que a reconhece em todos os cursos de licenciatura e de fonoaudiologia e disciplina optativa nos demais cursos, um novo mercado de trabalho se abre, com o surgimento do cargo de professor de Libras no ensino superior. Apesar da recomendação de que esta função seja exercida por professores surdos e da criação de cursos de licenciatura em Letras / Libras em instituições públicas brasileiras, com vagas direcionadas aos surdos e de bacharelado em letras/libras, para a formação de tradutores/intérpretes de Libras, a possibilidade de melhores salários começa a seduzir os ouvintes.

Antes, os cursos de Libras, ofertados como cursos livres, na maioria dos casos em organizações religiosas, que pagavam pouco, eram realizados por professores surdos. A partir de 2005, mesmo com todas as ressalvas e iniciativas do poder público em preservar as oportunidades para os surdos, os profissionais ouvintes começaram a disputar as vagas nos concursos públicos



para professores de Libras, muitas vezes em condições desleais, pois os ouvintes em geral, possuem titulação superior do que a dos surdos, que só recentemente estão conseguindo realizar cursos de pós-graduação.

Antigamente, quando se tratava de cursos livres ou no Ensino Fundamental, lembramos de os ouvintes, em sua maioria intérpretes, nos dizerem: “Vá e lute. A vaga é sua, você é pessoa surda, importante e prioridade”. Depois com as vagas dos concursos, esses mesmos intérpretes que sempre se posicionaram como defensores dos surdos passam a concorrer e justificam sua opção acusando os surdos de “serem preguiçosos, teimosos e folgados” ou, recorrem ao fato dos surdos não saberem escrever corretamente e da dificuldade inicial de comunicação com os alunos ouvintes. Muitos ouvintes, inclusive, entram na justiça, questionando o parágrafo único do artigo 4º, e o § 2º dos artigos 5º e 6º, o § 1º do artigo 7º, do Decreto 5626/2005: “As pessoas surdas terão prioridade”.

Para nós, é como se estivéssemos revivendo o Congresso de Milão, como os ouvintes nos tomando a oportunidade de sermos professores, como foi feito em 1880!

Sabemos que em uma sociedade capitalista, a busca por melhores salários, serve, muitas vezes, como justificativa para a disputa nos mercados de trabalho. Até mesmo a igualdade entre os cidadãos é utilizada como argumento para os ouvintes disputarem vagas de professores de Libras. No entanto, é preciso pensar no lado do surdo e, mais do que tudo, entender que a igualdade só existe com respeito às diferenças, com a oferta adequada de oportunidades! Em uma disputa entre surdos e ouvintes, em uma sociedade ainda impregnada



pelo preconceito, os surdos estão em desvantagem antes mesmo de poderem mostrar seus conhecimentos.

Vamos pensar nas outras possibilidades de trabalho, em que surdos e ouvintes poderiam disputar, Por exemplo, uma loja de confecções precisa contratar telefonista, auxiliar de escritório, vendedora, servente e gerente.

Aparecem cinco candidatos surdos e cinco ouvintes. O pessoal dos recursos humanos conhece as especificidades do trabalho e as possibilidades de cada candidato para essas vagas. O resultado sempre é assim: quatro ou mesmo as cinco vagas para os ouvintes ou pessoas com outras deficiências e, caso sobre uma vaga para um surdo, será a de servente, ou seja, a menos qualificada, a que paga menos. Além disso, os outros quatro candidatos surdos perdem a oportunidade. Quando os surdos conseguem alguma vaga, quase sempre é em empregos que não possuem carreiras para progredir. Em uma sociedade capitalista, os surdos estão destinados a pertencer sempre à classe de renda mais baixa. Já para os ouvintes, as possibilidades são muitas. Eles podem escolher livremente de sua carreira, por exemplo, ser professor de várias disciplinas, gerentes, supervisores, diretores, telefonistas, vendedor, taxista, piloto de avião, caminhoneiro, médicos, jornalistas, advogados, enfim, todas as profissões que existem foram criadas por seres humanos e se você é um ser humano e não tem nenhum comprometimento físico, intelectual ou sensorial, desde que se instrumentalize, pode concorrer a qualquer uma das vagas. Isto não acontece com os surdos. Para os surdos, as opções são de auxiliares de várias funções, professor de Libras, instrutor, promotor de vendas, entregador, linha de produção, pedreiros, marceneiros, serventes, zeladores e outras vagas que não utilize telefone ou tenha atendimento ao público. Pode-se ver que,



dentre as opções possíveis, a carreira universitária, como professor de Libras é a mais atraente, mais bem remunerada e a que oferece melhor status social. A maioria das pessoas surdas que concluem cursos superiores forma-se em Pedagogia ou em outras licenciaturas e só conseguiram trabalho nas escolas especializadas que, na maioria, estão sendo fechadas em função da proposta inclusiva.

Um dos problemas é relativo à resistência dos empregadores em contratar pessoas surdas. Elas sofrem o preconceito e, muitas vezes, veem negadas as oportunidades de mostrar suas capacidades e talentos. Quando conseguem um emprego, sentem dificuldades para construir relações interpessoais e compreender a própria dinâmica do espaço laboral (MARIN; GOÉS, 2006 p.236)

Consideramos que pode até haver uma parceria entre professores surdos e ouvintes, por exemplo, os ouvintes podem trabalhar a parte teórica, sobre os aspectos sintáticos e morfológicos da Libras, os professores ouvintes que devem ministrar aulas sobre interpretação e mesmo tradução em Libras, mas a prática desta língua, esta pertence aos professores surdos.

Dizer que pode haver parceria entre surdos e ouvintes no ensino de Libras não significa dizer que os surdos não são capazes de ministrar a parte referente aos aspectos linguísticos da Libras. Ao contrário, se o surdo tem o curso de Licenciatura Letras/Libras, não apenas ele conhece os aspectos teóricos em igualdade de condições com o ouvinte, como é capaz de apresentar exemplos, mais ricos, em função de sua experiência visual. Por exemplo, existe uma parte muito importante da Libras, que são os classificadores, que dependem



basicamente da “experiência visual” e, assim, os surdos, agora pela própria condição, possuem melhores condições de ensinar e exemplificar.

De acordo com Nogueira, Carneiro e Nogueira (2012) o classificador é um poderoso auxiliar da língua de sinais para determinar as especificidades e “dar vida” a uma ideia ou a um conceito ou signos visuais. Dito de outra forma, os classificadores representam a forma e o tamanho dos referentes, características dos movimentos dos seres em um evento, função de um objeto, com a função de descrever o referente dos nomes, adjetivos, advérbios de modo, verbos e locativos. Para as línguas de sinais, a descrição, a reprodução da forma, do movimento e da relação espacial do que se quer enunciar são fundamentais, porque tornam mais claros e compreensíveis seu significado. Essa é a principal função dos classificadores em Libras e é por isso que eles são tão importantes em Libras. Os classificadores são icônicos pela semelhança entre a sua forma ou o tamanho do objeto a ser referido, e, muitos podem ser criados no decorrer de uma conversa, como se tratasse de um “neologismo”. Entretanto, como para essa “criação” devem ser obedecidos não apenas os parâmetros da Libras, mas as regras morfológicas para a criação de novos sinais, os classificadores apesar de serem icônicos não podem ser considerados como mímica. Ainda segundo Nogueira, Carneiro e Nogueira (2012), a denominação de classificadores (CLs) para essa categoria gramatical da Libras foi atribuída pela comunidade de linguistas por comparar suas funções com as dos classificadores da língua oral. Entretanto, os pesquisadores surdos, entendem que essa estrutura gramatical da Libras ainda está à procura de uma definição mais adequada, para nomeá-la de acordo com as perspectivas visoespaciais.



Além disso, mesmo conhecendo muito sobre a Libras, a maioria dos ouvintes possui uma “autocensura” quanto ao uso do corpo e das expressões faciais. Nossa experiência e observação de professores ouvintes, bem como de intérpretes em atuação, com poucas exceções, é “inativo”, utilizando pouco os classificadores e as expressões faciais/corporais.

Se um surdo, e mesmo um ouvinte que conhece profundamente os surdos, vivencia a comunidade surda, observa, à distância algumas pessoas falando em Libras, é possível identificar quem é surdo e quem é ouvinte, pela falta de dinamicidade dos movimentos e pobreza das expressões faciais. Se as aulas de Libras forem ministradas por ouvintes, esta dificuldade pode ser acentuada, já que, conviver com surdos (no caso, o professor de Libras) é uma das principais ações que podem favorecer a libertação da “autocensura” em relação ao uso das componentes não manuais. Este fato tem as mesmas significações na comunicação em sinais que se o professor surdo não fala muito bem oralmente e não utiliza bem a prosódia e as entonações da Língua Portuguesa. Mesmo oralizado, o surdo apresenta “sotaques”, como se fosse estrangeiro. Assim também é o professor ouvinte. Ele não é um “nativo” da língua, ele é como estrangeiro, que tem a Libras como sua segunda língua.

Não defendo que todos os surdos fluentes em Libras, apenas por serem “nativos” são considerados aptos ao cargo de “professor”. Para isto, o surdo precisa ter conhecimento profundo da língua de sinais como L1, comprovada mediante a graduação em Letras/Libras. Precisa ser avaliado em provas de conhecimentos sobre a Libras, em prova didática em que demonstre conhecimentos de metodologias adaptadas para o ensino aos alunos ouvintes. Além disso, nem todo surdo possui vocação para professor, e muitos, optam



por outras profissões. Entretanto, as Licenciaturas em Letras/Libras ofertadas atualmente nas instituições públicas brasileiras (16 cursos distribuídos por todas as regiões brasileiras, na modalidade semipresencial) são totalmente ofertados em Libras, fato que, por si só, se constitui em grande atrativo para os surdos, que até este momento de sua escolarização padeceram com a dificuldade de comunicação. Poderem cursar uma universidade, em um curso em que a maioria dos professores é fluente em Libras, conviver com professores surdos que cursaram mestrado e doutorado, além de ter todo o material de estudo, as avaliações, os avisos, as mensagens, tudo em sua língua é um sonho realizado. Portanto, o curso de Letras/Libras é realmente atraente para os surdos e assim, quase todos se encaminham para esta profissão, o que é uma razão a mais para se pensar no mercado de trabalho. Durante a realização do 1º Encontro Nacional de Professores de Libras no Ensino Superior, ocorrido em Fortaleza, de 16 a 18 de outubro de 2013, houve uma discussão entre professores surdos e ouvintes dos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, com acusações de que as universidades públicas desses estados abriram concursos, mas não consideraram a recomendação do Decreto Federal 5626 de 2005, de que seria dado preferência aos professores surdos e assim, mesmo tendo candidatos surdos habilitados prestando concurso, a maior parte dos professores efetivados são ouvintes. Os surdos recorreram ao Ministério Público, que até agora ainda não se pronunciou. Já aconteceu, também, de instituições que estabeleceram em seu edital de abertura de concurso, a preferência para candidatos surdos, mas não apareceram concorrentes e a vaga ter ficado com um ouvinte. Aí, nada há a ser feito e está correto. Então, de novo, nossa defesa é que a vaga seja preferencialmente para os professores surdos e não exclusivamente. Outro ponto que é fundamental destacar é que a contribuição dos ouvintes fluentes



em Libras é fundamental para o desenvolvimento, a educação, a vida social do surdo, na condição de intérpretes.

Os intérpretes tem tido uma importância valiosa nas interações entre surdos e ouvintes. Na maioria dos casos, os intérpretes tem contato com a Língua de Sinais a partir dos laços familiares da convivência social com vizinhos e amigos surdos (ocorrendo geralmente em espaços escolares e religiosos). No Brasil, ainda não há tradição na profissão ou formação específica para esses profissionais, da mesma forma que há para intérpretes de língua orais de prestígio como, por exemplo, intérprete de língua inglesa e francesa. (GESSER, 2009, p.47). Todavia, sabemos que as universidades, empresas, instituições de saúde, de educação, órgãos de atendimento à população ainda não têm efetivado a contratação de intérpretes, o que diminui a oferta de vagas para os ouvintes. São poucas instituições públicas que abriram concursos para Intérpretes de Libras. Reis (2006) ressalta a importância dos intérpretes:

Em relação ao surdo, é importante ressaltar suas conquistas, como garantias individuais e o pleno exercício da cidadania, mediante o respaldo legal na Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, nesta a Libras é reconhecida como a língua oficial da comunidade surda. Considerando os preceitos legais, constatamos que o empregador deva favorecer o profissional surdo com um (uma) intérprete, a fim de favorecer sua comunicação, como também o respeito a sua diferença linguística. Portanto, as empresas ou locais de trabalho que tenham surdos como funcionários precisam propiciar as reais condições de inclusão social. Situação de luta, visto que cada vez mais sofremos com um sistema produtivo que aumenta as desigualdades sociais, eleva a concentração do poder econômico, como também a exclusão social, que além de gerar



desemprego, dissemina a ideia do individualismo, ou seja, “cada um por si” (REIS, 2006, p. 73).

Também, temos muitos pesquisadores, principalmente da área da Linguística que realizaram estudos e publicaram os livros sobre a Libras. Estes livros permitem a difusão da Libras, permitem o aprofundamento dos estudos sobre a sintaxe e a morfologia da Libras, conceituam profundamente sobre metodologia de educação aos surdos, favorecem os direitos de surdos, enfim, são fundamentais para que nós, os surdos, possamos também nos aprofundar.

Enfim, as parcerias, as contribuições dos ouvintes são muito importantes para nós, surdos. Não estamos decretando “guerra” aos ouvintes. Estamos apenas querendo defender nosso ponto de vista sobre o respeito ao que está estabelecido nos documentos legais acerca da preferência ao professor surdo. Vejamos, é impossível aos surdos pegarem os lugares de ouvintes para adquirir o cargo de interprete Libras/Português falado, portanto, no mesmo campo de conhecimento, o domínio da Libras, estamos em desvantagem. Pensamos que os ouvintes deveriam ser intérpretes, tradutores, pesquisadores de Libras, e nós, os surdos, atuaríamos como professores desta língua. Seria mais justo, pois o ouvinte tem acesso às duas profissões e nós não. Outra coisa que também precisa ser estabelecida é que os ouvintes estão recorrendo à vaga de professor de Libras para ingressar como docente no ensino superior, porque este concurso é mais fácil para eles, do que concorrer à área de Linguística, por exemplo, porque para ser professor de Libras, ainda não se está exigindo os títulos de mestrado e de doutorado que são exigidos para as demais áreas. Uma professora ouvinte de Libras justificava sua inscrição no concurso assim: “Amo os surdos e quero ajudar, conheço Libras mas não



tenho dom para ser intérprete e sim professor universitário para dar aula de Libras aos alunos ouvintes, sei que os surdos precisam deste cargo de professor porque é boa oportunidade para o futuro, mas não briguem comigo porque o dom é meu destino”. Ficamos surpresa com essas frases “de efeito”. É o dom que destina o seu trabalho? E o profissionalismo? E a ética? Outros ouvintes nos indagam: “por que os surdos ficam tristes, com raiva e magoados conosco quando nos tornamos professores de Libras? E procuram justificar: se um brasileiro faz curso de Letras/Inglês, após se formar ele pode dar aula de Inglês, mas não é norte-americano ou inglês nativo. E porque a Libras nós ouvintes não podemos e outros idiomas podemos?”. Bem, primeiramente, a Libras não pode ser comparada com o inglês ou outro idioma, porque ela não é uma língua estrangeira! Ela é a língua do surdo brasileiro. Depois, tem a questão da modalidade da língua. Os ouvintes, certamente serão melhores professores de línguas orais do que os surdos, por suas características oral-auditivas, enquanto os surdos são superiores quando se trata de uma língua visogestual. A modalidade da língua é o ponto principal. Para aprender inglês, alemão ou japonês, que são oral-auditivas, o ouvinte se sustenta em sua primeira língua, que é da mesma modalidade. Quando se trata da Libras, o fato dos ouvintes não organizarem o seu cognitivo a partir de suas experiências visuais, de não exercerem, de maneira natural as expressões manuais e corporais já torna o aprendizado dessa língua artificial demais para eles. Evidentemente que o estudo teórico e a prática (estudos que também são realizados pelo professor surdo) podem tornar o ouvinte conhecedor da Libras em seus aspectos linguísticos. Mas não se pode esquecer que o professor surdo também deve ser licenciado em Letras/Libras, ou seja, também possui o mesmo conhecimento, aliado ao fato de que a Libras, foi adquirida pelo surdo e não aprendida de maneira artificial. E isto faz diferença quando se trata de



ensinar esta língua. A maioria das Instituições de Ensino Superior que são obrigadas a contratar professores de Libras em função do Decreto 5626, preferem professores ouvintes, por entenderem que é mais fácil, tanto para “dar aulas” a outros ouvintes, quanto para a convivência no ambiente de trabalho. O desconhecimento da capacidade do professor surdo em ministrar aulas faz com que as pessoas pensem que seria necessário ter um intérprete presente na sala de aula. Isto aumentaria os custos e, assim, as instituições particulares preferem contratar o professor ouvinte. Muitos intérpretes até reclamam quando o professor surdo não quer a presença de intérpretes, dizendo que o surdo está cerceando seu acesso ao trabalho. Mas, o professor surdo sabe que é capaz e, além disso, na sala de aula ele é a pessoa com a qual seus alunos devem se relacionar. Mas, na aula de Libras não é o único local de estudo em que se fala outra língua e não existe a presença de intérpretes. Por exemplo, um centro de idiomas tem professor de inglês ou outro idioma, fala e escreve puramente na língua estrangeira, dificilmente utiliza português escrito ou oral, principalmente para facilitar a imersão do aluno em um ambiente linguístico que favorece a aprendizagem do novo idioma e também, para não misturarem a gramática das duas línguas. No caso da Libras, o professor surdo utiliza a leitura labial ou a escrita para compreender a dúvida dos alunos e, se não for oralizado, escreve no quadro a resposta que não for possível ser compreendida em Libras. O fato é que o professor surdo consegue administrar e gerenciar sua ação pedagógica com os alunos ouvintes. A pesquisadora surda, Karin Strobel, uma dos sete doutores surdos brasileiros registra muito bem esta situação, quando pede que os espaços conquistados pelos surdos sejam respeitados:



Respeitar os espaços conquistados pelos sujeitos surdos enquanto estão em produção cultural, por exemplo: tem muitos sujeitos ouvintes que querem “competir” com os surdos e assim fazem com que o povo surdo suspeite dos mesmos, devido à longa história de opressão de lutas de relações de poderes para conquistarem seus espaços. Tem muitos ouvintes que aproveitam dos espaços conquistados pelos surdos para ensinar a língua de sinais e outras coisas, alegando que tem direitos iguais... Mas onde estão os direitos de igualdade enquanto na sociedade os sujeitos ouvintes geralmente preferidos a dos surdos? Isto acontece nas maiorias de empresas, nas universidades, nas instituições ou até mesmo em igrejas, que preferem profissionais ouvintes para não ter de contratar interpretes de libras para os professores surdos. Também pela barreira de comunicação é difícil conseguir contatos via telefone, por exemplo. No futuro, quando a sociedade tiver uma representação sem estereótipos e mais positiva em nível de igualdade entre surdos e ouvintes, se olharem o povo surdo como diferença cultural, e não como deficientes, daí não teriam esta “guerra cultural” entre eles (STROBEL, 2008, p. 111).

Enfim, o que pretendemos com o que apresentamos até aqui, é estabelecer subsídios para a reflexão e discussão do tema. A seguir, destacamos nossas próprias considerações a respeito.

### **Considerações Finais**

O embate entre professores de Libras ouvintes e surdos, que discutimos neste artigo, infelizmente, não é o único em que os surdos enfrentam a “supremacia” dos ouvintes. O não respeito aos espaços conquistados, ou mesmo ao sujeito



surdo é uma constante. Por exemplo, alguns ouvintes assumem o cargo de ser representante de um ministério ou pastoral, dependendo da igreja, destinados aos surdos. Até bem recentemente, até mesmo as associações de surdos eram presididas por ouvintes.

Não queremos excluir os ouvintes. Eles são importantes e precisamos deles não apenas como intérpretes, mas também como parceiros, conselheiros, companheiros de luta. Mas, é preciso entender que nós, surdos, também podemos assumir responsabilidades, podemos ser “senhores” de nossos destinos, podemos dirigir nossas vidas, seja de maneira individual, seja coletivamente. O representante dos índios junto ao governo deveria ser negro? O presidente de uma associação vegetariana poderia ser uma pessoa carnívora? O presidente da OAB, Ordem dos Advogados do Brasil deve ser um de engenheiro civil? E, a associação dos intérpretes de Libras, deve ter como presidente um surdo?

O que estamos defendendo é que existem espaços definidos. Não são espaços excludentes, ao contrário, muito se espera da parceria entre as pessoas diferentes, desde que as diferenças sejam respeitadas, conforme salienta Perlin (1998, p.72), “Importa salientar as diferenças das pessoas. Respeita-las como surdas, índias, nômades, negras, brancas... Importa deixar os surdos construírem sua identidade, assinalarem suas fronteiras em posição mais solidaria do que crítica”.

Assim partindo do século XIV, em que a criança se vestia como adulto, chegamos ao traje especializado da infância, que hoje nos é familiar. Já observamos que essa mudança afetou, sobretudo os meninos. O sentimento



da infância beneficiou primeiramente os meninos, enquanto as meninas persistiram no modo de vida tradicional que as confundia com adultos: seremos levados mais de uma vez a observar esse atraso das mulheres em adotar as formas visíveis da civilização moderna, essencialmente masculina. Se nos limitarmos apenas ao testemunho fornecido pelo traje, concluiremos que a particularização da infância se restringiu aos meninos. O que é certo é que isso aconteceu apenas nas famílias burguesas ou nobres. As crianças do povo, os filhos dos camponeses e dos artesões, as crianças brincavam nas praças das aldeias, nas ruas das cidades ou nas cozinhas das casas e continuaram a usar o mesmo traje dos adultos: Ela conservaram o antigo modo de vida que não separava crianças e adulto, nem através trajes nem através nem através do trabalho e nem através dos jogos e brincadeiras (ARIÉS, 1978, p.81).

Não queremos mais continuar sofrendo a opressão da maioria ouvinte. Entendemos que esse polêmico “domínio dos ouvintes” é agravado pela economia capitalista, pela ideia do livre mercado, com todos correndo em busca de melhores salários e de facilidades. Esta mesma filosofia capitalista também restringe as possibilidades do mercado de trabalho para os surdos. Klein (1998, p.77) analisa que o mercado tem ideia preconceituosa sobre as possibilidades de trabalho dos surdos, e nesta busca pela eficiência e lucratividade, do capitalismo, restringem as ofertas de vagas aos surdos aos cargos de corte e costura, marcenaria, informática, auxiliar de serviços gerais. Isto, quando ele consegue emprego e não é impelido a uma marginalidade indesejada, vendendo adesivos e chaveiros nos sinaleiros e terminais de ônibus.



Além da dificuldade de se conseguir boas carreiras profissionais, os surdos enfrentam muita discriminação em seus trabalhos nas empresas. Conheço uma surda que sofre “gozações” do gerente, até com a oferta de “prêmios desagradáveis”, como, por exemplo, o de funcionária “mais quietinha” porque ela não conversa com ninguém. Ora, não existe nenhum intérprete na empresa, nem uma proposta de ensino de Libras para os funcionários ouvintes. Como ela vai se comunicar? Essa surda se sente como um “animalzinho” por ganhar o prêmio. Assim, entendo que as empresas precisam receber informações sobre surdez, cultura, língua, também devem realizar os cursos de Libras para os funcionários, pois somente desta forma estaremos enfrentando as barreiras e aprimorando a inclusão social.

Poderiam ser criadas parcerias. Com o intérprete adquirindo o status de professor em uma instituição de ensino superior, conteúdos essencialmente teóricos, como por exemplo, a História da Educação de Surdos ou aspectos da Libras que precisam ser analisados considerando-se a linguística contrastiva (em relação à Língua Portuguesa), poderiam ser ministrados pelo professor/intérprete ouvinte, ficando a parte prática e as discussões acerca da cultura surda, sob a responsabilidade do professor surdo, por exemplo

Porém, mais importante de tudo, é acreditar no potencial do surdo e respeitar os espaços tão duramente conquistados. É esta a principal mensagem que este artigo traz para a reflexão de todos, em particular dos ouvintes que pretendem ser professores de Libras, daqueles que esperávamos ser nossos defensores, porque acreditamos que ao se dedicarem a estudar a língua dos surdos, a passarem a conviver com a comunidade surda, ao fazer parte do mundo surdo, deveriam ser os primeiros a defender nossos direitos, pois



conhecem nossa dura realidade e as poucas oportunidades de trabalho condizentes com nossa formação.

## Referências

ARIÉS PHILIPPE, Historia social da criança e da família. 2,ed. Rio de janeiro : Editora, 1981

BRASIL. Lei no 10.436. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2002.

BRASIL. Decreto no 5.626. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2005.

FERREIRA-BRITO, L. Por uma gramática de Línguas de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87 p.

GÓES, M. C. R. de. Linguagem, Surdez e Educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

KLEIN, M. A cultura surda e o mercado de trabalho. In: THOMA, A.S.; LOPES, M.C.. (Orgs). A invenção da surdez. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MARIN, C. R. , GOES C. R. A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. Vol 26. Campinas-SP: Cad. Cedes, 2006 p. 231249

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. 13º ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.



NOGUEIRA, C.M.I.; CARNEIRO, M.I.N.; NOGUEIRA, B.I. Surdez, libras e educação de surdos: uma introdução à língua brasileira de sinais. Maringá/Pr: EDUEM, 2012.

PERLIN, G. Identidades surdas. In SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

REIS, J.G. O surdo e mercado de trabalho na cidade de Manaus. Dissertação. Manaus, 2006.

SÁ, N.R.L. Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo. Niterói, RJ: Eduff, 1999.

SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STROBEL, K. L. As imagens do outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis: Edufsc, 2008

### Identificação das Autoras



#### **MARÍLIA IGNATIUS NOGUEIRA CARNEIRO**

Surda. Professora mestra, concursada e efetiva de Libras da Universidade Estadual de Maringá - PR  
E-mail: [mincarneiro@uem.br](mailto:mincarneiro@uem.br)



#### **BEATRIZ IGNATIUS NOGUEIRA SOARES**

Surda. Professora especialista, concursada e efetiva de Libras da Universidade Federal do Paraná – Setor Palotina.  
E-mail: [biain@ufpr.br](mailto:biain@ufpr.br)



CENTRO VIRTUAL DE CULTURA SURDA  
REVISTA VIRTUAL DE CULTURA SURDA  
Edição Nº 20 / Janeiro de 2017 – ISSN 1982-6842  
[http://editora-arara-azul.com.br/site/revista\\_edicoes](http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes)